



A legalização do fomento à pesquisa enquanto espaço democrático

Andreia Santos - socióloga

“Um país se faz com homens e ciência”. Essa frase, que foi dita e repetida por um pesquisador durante uma entrevista sobre a ciência em Pernambuco, também nos remete, direta e indiretamente, à história da Facepe. Mas por quê?

A Facepe é fruto de um sonho, que se concretizou mediante alianças e embates travados entre os homens e as mulheres da ciência com o campo político. Ela é, antes de tudo, resultado de uma ação coletiva desenvolvida pela comunidade acadêmica, que se somou ao contexto de abertura política existente em Pernambuco e no País simbolizado pelo Movimento da Redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Com base nessa lei maior, é que o fomento à pesquisa foi mais uma reivindicação dos(as) cientistas pernambucanos, cujo impacto propiciou, no ano seguinte, a criação da primeira Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP) na região Nordeste (a Facepe).

É incontestável que a Constituição foi um determinante para que a Facepe fosse implantada em 1989. Ela estabeleceu em seu artigo 218, também conhecido como Emenda Florestan Fernandes, que o “Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. E facultou aos Estados e o Distrito Federal a possibilidade de “vincular parcela de sua receita orçamentária à entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica”.

Ainda em 1988 foi instituída a Secretaria de Ciência e Tecnologia. No ano seguinte, foi publicada a Constituição de Pernambuco, que em seu artigo 203 determina, em seu inciso 3º, que para fomentar as atividades científicas e tecnológicas “o Estado criará, com a participação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, uma Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia”.

É dentro dessa atmosfera de mudanças sociais, econômicas e políticas, além de jurídicas, que a Facepe foi gestada e nasceu como uma expressão, um resultado da força e da luta da comunidade científica de Pernambuco, que mobilizada encontrou abertura no campo político (na época do então governador Miguel Arraes, 1987-1990) para concretizar um anseio daqueles(as) que trabalharam incansavelmente para realizá-lo.

Além disso, a Facepe pode ser considerada como algo que se liga à própria história científica de Pernambuco, a origem de sua comunidade científica. A saber, na segunda década do século XIX, especialmente cinco anos depois da Independência do Brasil, surge a Faculdade de Direito do Recife, datada de 1827, sendo o berço de valiosos debates e de importantes pensadores sociais do Brasil, Joaquim Nabuco e Tobias Barreto por exemplo.

A Faculdade de Direito foi o primeiro, dentre muitos ocorridos nas décadas e séculos seguintes, dos passos dados voltadas à institucionalização da ciência em Pernambuco, o que ofertou ao Estado condições para ser considerado um celeiro, um espaço privilegiado, dentro do contexto da época, para a ciência, seja atraindo, seja formando inúmeros pesquisadores que se destacaram em abrangência nacional e internacional, como foram os casos de Gilberto Freyre, Josué de Castro, Paulo Freire, Ricardo Ferreira, Vasecelos Sobrinho, entre tantos outros notáveis cientistas. Essas características subsidiaram, em larga medida, a formação do campo científico em Pernambuco até a presente data.

Nesse sentido, a Facepe não deixa de ser um ponto de chegada e de partida para a ciência que se fez e que se faz em Pernambuco nas últimas três décadas, pois ela se constituiu como personagem relevante para o desenvolvimento científico e tecnológico de Pernambuco e, de certa maneira, tornou-se uma herdeira da busca pela institucionalidade, através do fomento à pesquisa, tão almejado pela comunidade acadêmica durante séculos.

Assim, a Facepe, por meio de suas ações, não deixa de simbolizar a necessidade do fazer-se cientista, de ampliação e reconhecimento do seu saber-fazer, do exercício de um ofício secular que deve ser renovado e estimulado, e que precisa, para tanto, encontrar apoio e investimento para investigar, para formar recursos humanos, para realizar novos experimentos, novas descobertas e questionar a si, as coisas e ao mundo para melhor servir à sociedade e ao próprio conhecimento. Sem dúvida, na história da Facepe, *o(a) pesquisador(a)* e *a pesquisa* são sujeitos centrais, cuja tradução é a própria *institucionalização do fomento à pesquisa* que tem nela sua razão de ser e que tem reverberado em melhorias para a sociedade como um todo.